



Assembleia da República
Gabinete do Presidente



N.º de Entrada **390526**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Classificação

05.04.02

Data

11 03 09

REQUERIMENTO Número **355/XI (2 .ª) AE**

PERGUNTA Número **/XI (.ª)**

Expeça-se

Publique-se

1013111

O Secretário da
Mesa

RCC

Assunto: Grupo de Trabalho para o Levantamento do Património Imaterial

Destinatário: Ministério da Cultura

*Por determinação do S.S.X.P.A.R. a
Ser encaminhada da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.03.10

O jornal Público denuncia na edição de 6 de Março de 2011 que o grupo de trabalho para o levantamento dos bens culturais imateriais foi extinto após um ano de existência, sem que tenha sequer iniciado a sua actividade e tendo custado ao Estado mais de 200 mil euros. A investigação jornalística dá conta de uma série de acusações cruzadas sobre o que se passou, sendo a tutela aparentemente incapaz de explicar ou retirar consequências de uma situação tão ridícula quanto grave. Os Ministérios responsáveis – Ministério da Cultura e Ministério das Finanças – têm de aclarar como pode ter ocorrido um tal desperdício de dinheiros públicos e como se foi possível tratar-se com tamanha irresponsabilidade uma matéria tão relevante quanto o levantamento do património imaterial, e que é particularmente sensível numa altura em que os violentos cortes no financiamento público ao sector cultural põe em causa a sua sobrevivência.

Este grupo de trabalho foi formado por ex Directores Regionais de Cultura, não sendo desde logo claro porque seriam estes ex-titulares de cargos de nomeação política os nomes indicados para um grupo de trabalho com um objectivo técnico-científico claro: “a realização no campo do levantamento sistemático e tendencialmente exaustivo do património cultural imaterial português”. Saber como foram seleccionados estes responsáveis é um primeiro esclarecimento essencial.

A investigação jornalística dá também conta de relatórios que os elementos do grupo de trabalho terão produzido ao longo deste ano e que darão conta tanto do eventual trabalho produzido como das dificuldades sentidas. A divulgação pública destes relatórios é igualmente uma exigência de transparência democrática.

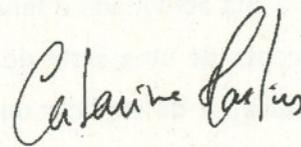
Finalmente, são referidas falhas diversas na relação entre este grupo de trabalho e o Instituto dos Museus e da Conservação. É portanto necessário esclarecer a relação entre o Grupo de Trabalho, o

IMC e a criação, em Dezembro de 2010, da Comissão para o Património Cultural Imaterial.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério da Cultura, os despachos de criação do Grupo de Trabalho para o Levantamento do Património Imaterial e da Comissão para o Património Cultural Imaterial, bem como outra documentação que explicita, nomeadamente, os critérios, forma de selecção e remuneração dos elementos do Grupo de Trabalho e da Comissão referidos, assim como as obrigações das diferentes instituições envolvidas, e os relatórios ou outros documentos produzidos pelos elementos do Grupo de Trabalho para o Levantamento do Património Imaterial.

Palácio de São Bento, 7 de Março de 2011.

A Deputada



Catarina Martins